



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PIANCÓ

“Casa Pe. Manoel Otaviano”

GABINETE DO VEREADOR JUNIOR DA GERISVALDO

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21 /2021**

CÂMARA MUNICIPAL DE PIANCÓ

Secretaria Legislativa

**PROTOCOLO**

Proposição Nº 248 /2021

Recebido em 02 /12 /21

às 10 h 48 min

[Assinatura]

**Ementa:** Dispõe sobre a concessão do título de Cidadão Piancoense ao Sr. José Wellington Roberto e dá outras providências.

**O VEREADOR GENIVAL JUNIOR DANTAS (PROGRESSISTAS) – SEGUNDO SECRETÁRIO,**  
no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, §1º, inciso IV do Regimento Interno, vem apresentar o seguinte **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO:**

**Art. 1º** - Fica concedido o título de Cidadão Piancoense ao Sr. José Wellington Roberto, pelos relevantes serviços prestados ao município de Piancó-PB.

**Art. 2º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Piancó – Estado da Paraíba, em 01 de dezembro de 2021.

**Genival Junior Dantas**  
Segundo Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE PIANCÓ/PB**  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
(8) TOTAL DE VOTOS

Sessão Ordinária de 04 do 12 de 2021.

[Assinatura]  
**Antonio-Wallace Pereira Militão**  
Presidente da Câmara



# ESTADO DA PARAÍBA

## CÂMARA MUNICIPAL DE PIANCÓ

“Casa Pe. Manoel Otaviano”

---

### BIOGRAFIA

José Wellington Roberto nasceu em São José de Piranhas (PB) no dia 19 de maio de 1959, filho de Epitácio Roberto Dantas e de Maria Roberto Sobrinho.

Transferindo-se para Campina Grande (PB), aí cursou o primeiro grau no Colégio Alfredo Dantas e o segundo grau no Colégio Pré-Universitário Campinense. Em 1979, ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal da Paraíba em Campina Grande sem, contudo, concluir o curso de engenharia civil.

Empresário das áreas de construção civil, concessionárias de veículos automotores, agropecuária e de telecomunicações, ingressou na política filiando-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em cuja legenda foi eleito primeiro-suplente de senador no pleito de outubro de 1994, na chapa encabeçada por Humberto Lucena, que então concorria a mais uma eleição. Com a morte do titular em abril de 1998, nesse mesmo mês Wellington Roberto assumiu uma cadeira no Senado. Tornou-se membro titular da Comissão de Fiscalização e Controle e suplente da Comissão de Assuntos Econômicos. Entre as comissões especiais, integrou, como titular, a destinada a verificar os efeitos produzidos pela seca no Nordeste e na região do Polígono das Secas em Minas Gerais, bem como a que estudava as causas do desemprego e do subemprego no país.

No ano seguinte, manteve-se nas comissões permanentes citadas e passou a integrar ainda, como titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tornou-se relator da medida provisória que alterava a legislação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

Em 2000 integrou, como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que avaliou as “Discrepâncias entre as pesquisas eleitorais realizadas durante o processo eleitoral do ano 2000 e os resultados das eleições”, além da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou o Roubo de Cargas. Em 2001, ainda participou como titular da Subcomissão de Turismo e, como suplente, da Comissão Mista Especial sobre a Crise Energética.

Nas eleições realizadas em outubro de 2002, concorreu a uma vaga de deputado federal pela Paraíba na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e obteve êxito. Deixou o Senado em janeiro de 2003, assumindo, no mês seguinte, uma cadeira na Câmara dos Deputados. Nesse mesmo ano, transferiu-se para o Partido Liberal (PL), no qual permaneceria até o fim dessa legislatura 2003-2007 participando, como titular, da Comissão Permanente de Viação e Transportes (da qual também foi presidente) e, como suplente, das comissões permanentes de Desenvolvimento Urbano, de Fiscalização Financeira e Controle, e de Defesa do Consumidor.



## ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE PIANCÓ

“Casa Pe. Manoel Otaviano”

No pleito realizado em outubro de 2006, candidatou-se à reeleição ainda na legenda do PL, sendo bem-sucedido. Assumiu novo mandato de deputado federal em fevereiro do ano seguinte, quando se filiou à legenda do Partido da República (PR). Nessa nova legislatura 2007-2011, integrou como titular as comissões permanentes de Fiscalização Financeira e Controle, e de Viação e Transportes; como suplente, participou das comissões permanentes de Constituição e Justiça e de Redação, de Defesa do Consumidor, de Fiscalização Financeira e Controle, e de Viação e Transportes; como titular e como suplente, ainda participou da CPI sobre Extermínio no Nordeste.

Em 2007, um ano após ser estourado pela Polícia Federal (PF) o escândalo que ficou conhecido como “a máfia das sanguessugas”, apresentou emenda ao orçamento de 2008 da União prevendo a compra de ambulâncias em rubrica que incluía “aquisição de unidade móvel por governos estaduais, prefeituras ou entidades privadas” – justamente a modalidade investigada de operação-alvo de desvio de dinheiro público. O esquema consistia no aliciamento de parlamentares pela família Vedoin – proprietária da empresa matogrossense Planam –, para que os políticos apresentassem emendas destinadas à compra superfaturada de ambulâncias. Apesar de acusado de envolvimento nesse esquema – o que sempre negou –, Wellington Roberto não chegou a ser denunciado à Justiça e foi absolvido pelo Conselho de Ética por falta de provas, incluindo-se no grupo de cinco parlamentares que conseguiram a reeleição para outro mandato na Câmara dos Deputados no pleito de 2006.

Ainda em 2007, seu nome constou da lista de distribuição de presentes dados pelo empresário Zuleido Veras – proprietário da Gautama, empreiteira que se tornou o centro de um novo escândalo de desvio de recursos do governo federal –, que tinha como costume distribuir mimos a políticos e a seus assessores.

Durante a Operação Navalha, então deflagrada pela Polícia Federal (PF), foi localizada uma lista com 225 nomes no escritório da Gautama, divulgada na íntegra e com exclusividade pela *Folha On-line* (3/5/2007). Segundo a *Folha de S. Paulo* (29/5/2007), a simples menção nessa lista não significava – para a PF – que o nomeado fosse considerado como suspeito: tratava-se apenas de um ponto de partida que precisaria ser ligado a evidências, provas e depoimentos para ter algum valor na investigação.

Em 2008, o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) apontou supostas irregularidades no ressarcimento de despesas médicas, já efetuado ao ex-senador e deputado federal Wellington Roberto, no sentido de que ele não poderia ter sido beneficiário, concomitantemente, das duas casas que compõem o Congresso Nacional.

Em março de 2009, após perder a liderança da coordenação paraibana da bancada federal, sentiu um duro golpe em suas pretensões políticas de se candidatar a um cargo eletivo majoritário por seu estado no pleito de 2010, fosse de governador ou de senador, porém



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PIANCÓ

“Casa Pe. Manoel Otaviano”

---

buscou outro caminho e acabou sendo eleito por seus pares como relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2010.

Também foi empresário dos ramos sucroalcooleiro.

Casou-se com Débora Silva Figueiredo Roberto, com quem teve dois filhos.